



ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA DO BRASIL

Mudança Climática, Territórios de Uso Sustentável e Populações Tradicionais

Brasília, 18 de setembro de 2019

Com o objetivo de lutar pela conservação da Floresta Amazônica e a melhoria da qualidade de vida dos povos e das populações que nela habitam, e dentro do contexto da **mudança climática** e da conservação da biodiversidade e o combate à pobreza, a **Aliança dos Povos da Floresta**, formada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB (www.coiab.org.br) e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS (www.cnsnet.org.br), vem expor seus pontos de vista na conjuntura atual.

QUEM SOMOS:

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, é uma organização indígena, de direito privado, sem fins lucrativos, fundada, juridicamente, no dia 19 de abril de 1989, por iniciativa de lideranças de organizações indígenas existentes à época. A organização surgiu como resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, num cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil, pós-constituente, favoráveis aos direitos indígenas. A COIAB, como instância máxima de articulação dos povos e organizações indígenas da Amazônia Brasileira, reúne hoje na sua base política mais de 235 organizações indígenas, mais de 180 povos indígenas, mais de 60 povos em isolamento voluntária, mais de 430 terras indígenas e 115 milhões de hectares

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS, inicialmente foi fundado, como Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, em outubro de 1985 no I Encontro Nacional dos Seringueiros realizado na Universidade do Brasília - UnB. Sua Criação é resultado da luta de resistência contra a expropriação da terra e a devastação da floresta, desenvolvidas por esse segmento de trabalhadores extrativistas, através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR's, especialmente o STR de Xapurí -Acre, que tinha como presidente Chico Mendes. No transcurso da luta outras populações agroextrativistas da Amazônia foram se integrando ao CNS, tais como: trabalhadores agroextrativistas, açazeiros, cupuaqueiros, quebradeiras de coco babaçu, balateiros, piaçabeiros, integrantes de projetos agroflorestais, ribeirinhos, extratores de óleos e plantas medicinais, distribuídos em todos os Estados da Região Amazônica. Atualmente os territórios de uso sustentável, a nível Federal e Estadual, são 13,2 % da Amazônia brasileira (Fonte IEA 2017).

Os povos indígenas e população extrativistas lutam para cuidar e defender mais de 35,3% da Floresta Amazônica, sem o devido reconhecimento da comunidade nacional e internacional, já que isto não se há traduzido em melhoria de qualidade de vida de nossos povos e nossas populações. Pelo contrário continuamos excluídos das políticas públicas de forma eficaz por parte dos governos e dependemos só da floresta para viver de forma livre e com direitos respeitados.

DECLARAMOS:

A soberania da Amazônia Brasileira não está em discussão, e é de única e exclusiva competência do Governo do Brasil, em quaisquer épocas e circunstâncias.

A COIAB e o CNS, queremos, temos e necessitamos parcerias e apoios, que atendam o interesse de nossos povos e comunidades, para que em último, temos os recursos que cheguem efetivamente para implementação das iniciativas dos povos e populações que habitam e defendem as florestas tropicais. Até hoje, de fato, pouco ou nada chega para atender as necessidades básicas de nossas comunidades e territórios nas áreas de; saúde, educação, comunicação, investimentos produtivos,

que venham ao encontro do desenvolvimento económico dos povos e população que habitam e defendem os últimos remanescentes de florestas no mundo.

Temos hoje na Amazônia brasileira altos índices de desmatamento e de incêndios, resultado do enfraquecimento das políticas de conservação e promoção do uso sustentável da floresta e do controle sobre as atividades ilegais por parte do atual governo federal, numa política suicida de privilegiar o agronegócio, a mineração. E a prioridade de apoiar a consolidação e desenvolvimento dos Territórios de Uso Sustentável: Terras Indígenas, Reserva Extrativistas não está incluída no governo brasileiro atual. No nosso entendimento, Desenvolvimento Econômico e Uso Sustentável não são metas antagônicas.

Também, os atuais mecanismos de governança de nossos territórios são pouco participativos e ainda com uma forte tutela do Estado que só se preocupa, quando o faz, das áreas físicas, mais não se preocupa de levar os benefícios básicos para os povos e às comunidades, pelo que o IDH de nossas populações tradicionais está entre os mais baixos do país. **Somos os que mais conservamos e menos recebemos de benefícios pelos nossos serviços.**

Exemplo disto, são a paralisação dos processos de criação de unidades de conservação e demarcação de terras indígenas, o desmantelamento da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Ministério do Meio Ambiente – MMA e seus órgãos de controle e fiscalização: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Apesar da histórica ausência de apoio por parte das políticas governamentais, os povos da floresta seguem cumprindo um papel importante na manutenção de nossos territórios, como se pode comprovar pelas reduzidas taxas de desmatamento nos Territórios de Uso Sustentável conservados e defendidos pelos próprios povos e comunidades como, as Reservas Extrativistas e Terras Indígenas.

Neste sentido, considerando que nossas populações não podem ser penalizadas pelos efeitos do enfraquecimento da governança ambiental e pela pouca compreensão do nosso papel em relação as mudanças climáticas, que atualmente continuam a ter os países desenvolvidos de nosso real papel na conservação das florestas e seu impacto sobre as mudanças climáticas. Assim é fundamental que parte dos recursos previstos para apoiar as estratégias de redução de desmatamento na Amazônia brasileira, das últimas florestas tropicais remanescentes no mundo, a região que está entre o Trópico de Capricórnio e o Trópico de Câncer (Brasil, República Democrática do Congo, Peru, Indonésia, Colômbia, Papua Nova Guiné, Venezuela, Bolívia, México e Suriname), sejam destinados a apoiar as organizações nacionais de representação dos povos e das populações tradicionais deste país. É fundamental destinar recursos para Apoio Institucional, que nos permita continuar organizando nossas comunidades para trabalhar nas Políticas Públicas nacionais de nossos respectivos países, assim como, na implementação de projetos produtivos demandados pelos povos e pelas comunidades, o que além de significar um real desenvolvimento económico sustentável que mantem nossos povos e nossas comunidades em seus territórios, contribuem com o uso sustentável das florestas e impedem a sua destruição. Sem desenvolvimento para os povos e populações não existe fórmula para manter em pé os últimos remanescentes das florestas Tropicais do Mundo, com todo o impacto ambiental que isto irá significar para o planeta. **Nós não somos parte do problema, somos parte da solução.**

Os mecanismos hoje existentes, seja o Fundo Amazônia, seja outros projetos já realizados, como o ARPA, não tem substancialmente chegado aos Povos da Floresta e as suas organizações de base; associações, cooperativas, etc. que são em última instância as populações que lutam para a criação de Territórios Indígenas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, territórios que defendem e conservam, com sua própria vida, a pesar da carência dos serviços mínimos que deveriam ser de responsabilidade do governo federal, como saúde, educação, apoio a produção e comercialização, infraestrutura, etc.

QUE PROPOMOS:

Que os Acordos Comerciais de nível nacional e internacional, tragam responsabilidades concretas sobre as questões ambientais, com seus respectivos mecanismos de comando e controle. Não é possível continuar com excelentes discursos e documentos, enquanto as grandes empresas nacionais e internacionais, deixam nossos rios contaminados, desmatam nossas florestas, expulsam nossos povos e nossas comunidades, tudo isso na perspectiva de um desenvolvimento que nunca

tem chegado a nós. É fundamental que as lideranças da Comunidade Europeia, do Parlamento Europeu e de todas as nações que assumiram o compromisso com a Agenda de Clima e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – ODS/ONU sejam muito mais proativas neste grave momento.

É preciso criar mecanismos internacionais transparentes, participativos de controle e de punição para os infratores, para que efetivamente os discursos e declarações internacionais se transformem em realidade e possamos conservar nossos territórios e melhorar substancialmente a vida dos povos e das populações que cuidam dos últimos remanescentes das Florestas Tropicais do Mundo.

Assim, vimos solicitar a comunidade internacional, apoio para elaborar no BRASIL, um projeto de um FUNDO DE USO SUSTENTAVEL DAS FLORESTAS, que seja elaborado de forma participativa com as organizações representativas da ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA e entidades aliadas, a ser indicada de comum acordo.

Que este FUNDO, possa também ser expandido para melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas e das populações tradicionais que habitam e defendem as florestas tropicais remanescentes nos diferentes continentes no mundo, para o qual CNS e COIAB, se colocam a disposição para colaborar com nossa experiência acumulada no nosso longo e penoso processo de lutas, assim como aprender com as experiências deles, porque **uma Aliança dos Povos das Florestas Tropicais do Mundo**, com efetivo apoio da comunidade internacional, em especial dos países desenvolvidos que controlam o poder econômico e o comércio mundial, fortalecerá a luta de todos nós contra as Mudanças Climáticas.

Uso Sustentavel e Desenvolvimento para todos.

Saudações Amazônicas



Joaquim Belo
Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS
belocns@gmail.com



Mario Nicacio
Vice –Coordenador da COIAB
secretaria@coiab.org.br